

SERRA, Tatiana Barreto. **A política de resíduos sólidos: a perspectiva jurídico-econômica-ambiental.** 2013. 271 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SERRA, Tatiana Barreto. **A política de resíduos sólidos: a perspectiva jurídico-econômica-ambiental.** 2013. 271 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. --- *Localização: 628.4 / Se68p*

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. A SOCIEDADE E SEUS RESÍDUOS SÓLIDOS	18
1.1. Sociedade de consumo e os resíduos sólidos.....	18
1.1.1. Paradoxo na sociedade de consumo: produção x redução dos resíduos sólidos	19
1.1.2. O consumo e a gestão dos resíduos sólidos	20
1.2. Sociedade de risco e os resíduos sólidos.....	25
1.2.1. Sociedade de risco e o impacto ambiental	25
1.2.2. A problemática a ser enfrentada: a geração de resíduos sólidos.....	33
1.2.3. Resíduos sólidos e o desafio a ser gerido	37
1.3. Os resíduos sólidos e a lei da política nacional de resíduos sólidos.....	43
1.3.1. Os antecedentes da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	43
1.3.2. Escorço histórico: do processo de elaboração da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	50
1.3.3. A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a fonte de estudo	53
1.3.3.1. Resíduos sólidos e poluição ambiental.....	54
1.3.3.2. Resíduos sólidos: conceituação	58
1.3.3.2.1. Definição etimológica.....	58
1.3.3.2.2. Definição legal	59
1.3.3.2.3. Definição socioeconômica	67
1.3.3.3. A abordagem conceitual da Política Nacional de Resíduos Sólidos	69
1.3.3.4. A abrangência de abordagem da Política de Resíduos Sólidos.....	73
1.4. Conclusão parcial.....	75
CAPÍTULO II. A ECONOMIA, O DIREITO E OS RESÍDUOS SÓLIDOS	78
2.1. Economia e Direito	79
2.1.1. A relação indissociável entre Economia e Direito	80
2.1.2. Direito Ambiental e Direito Econômico: a interseção	82
2.1.2.1. Direito Ambiental	82
2.1.2.2. Direito Econômico	84
2.1.2.3. A relação entre Direito Ambiental e Direito Econômico.....	85
2.2. A influência do meio ambiente na economia	86
2.2.1. Pensamentos econômicos clássicos	87
2.2.2. Pensamentos econômicos ambientais.....	90
2.2.3. Pensamentos econômicos ecológicos.....	92

2.2.4. A Rio+20 e o enfoque à Economia Verde: propostas de soluções ou caminhos a serem perseguidos?.....	94
2.2.5. A abordagem do presente estudo.....	97
2.2.6. As dificuldades econômicas a serem enfrentadas	99
2.2.7. A macroeconomia e a microeconomia: a visão da Política Nacional de Resíduos Sólidos	102
2.3. Os princípios da política de resíduos sólidos e a interface econômica	103
2.3.1. Princípio do desenvolvimento sustentável	104
2.3.2. Princípio da visão sistêmica	108
2.3.3. Princípio da ecoeficiência	109
2.3.4. Princípio da cooperação.....	111
2.3.5. Princípio do aproveitamento econômico e social dos resíduos sólidos	113
2.4. Conclusão parcial.....	114
CAPÍTULO III. FUNDAMENTOS JURÍDICOS-ECONÔMICOS-AMBIENTAIS DA	
POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.1. A internalização das externalidades ambientais: soluções de encaminhamento	117
3.1.1. As dificuldades da internalização das externalidades ambientais: soluções de encaminhamento	119
3.1.2. Teoria da externalidade.....	121
3.1.3 Teoria do bem público	126
3.1.4 Resíduos sólidos: externalidades negativas	128
3.1.5. Resíduos sólidos: externalidades positivas	131
3.2. O princípio do poluidor-pagador na perspectiva dos resíduos sólidos	133
3.2.1. O princípio do poluidor pagador: sua vertente jurídico-econômica na gestão dos resíduos sólidos	134
3.2.1.1. O princípio do poluidor pagador e o princípio da prevenção de danos ambientais advindos dos resíduos sólidos	140
3.2.1.2. O princípio do poluidor pagador e o princípio da precaução de danos ambientais advindos dos resíduos sólidos	144
3.2.1.3. O princípio do poluidor pagador e o princípio da responsabilização objetiva pela reparação dos danos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos	146
3.2.2. A assimilação expressa da vertente preventiva do princípio do poluidor pagador pela Lei Nº 12.305/2010: alguns destaques	149
3.2.2.1. A ordem de prioridade legal.....	150
3.2.2.2. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos	155
3.2.2.3. A reponsabilidade por áreas órfãs contaminadas	160

3.2.3. Do princípio do protetor-recebedor na perspectiva dos resíduos sólidos	162
3.3. O Estado Socioambiental na gestão dos resíduos sólidos	164
3.3.1. O Estado intervencionista e o Estado regulador	164
3.3.2. Os compromissos internacionais e as políticas de resíduos sólidos	167
3.3.3. Políticas pública e privada de resíduos sólidos: conceituação	171
3.3.3.1. Política	171
3.3.3.2. Políticas públicas.....	172
3.3.3.3. Políticas econômicas.....	175
3.3.3.4. Políticas privadas	177
3.3.4. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as outras políticas públicas.....	178
3.3.5. O princípio da progressividade e a política de resíduos sólidos.....	181
3.3.6. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade aplicáveis à política de resíduos sólidos	184
3.4. Conclusão parcial.....	185
CAPÍTULO IV. A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS SEUS INSTRUMENTOS	189
4.1. Instrumentos de comando	190
4.1.1. Dos planos de resíduos sólidos	191
4.1.1.1. O princípio do planejamento.....	191
4.1.1.2. O princípio da participação popular e da revisibilidade dos planos	195
4.1.1.3. Dos Planos de Resíduos Sólidos.....	198
4.1.1.3.1. Plano Nacional de Resíduos Sólidos	201
4.1.1.3.2. Planos Estaduais de Resíduos Sólidos.....	203
4.1.1.3.3. Planos Municipais de Resíduos Sólidos.....	204
4.1.1.3.4. Planos de gerenciamento de resíduos sólidos	207
4.1.2. Do licenciamento ambiental de áreas destinadas à gestão de resíduos sólidos	209
4.1.3. Dos padrões de qualidade ambiental	211
4.2. Instrumentos econômicos de gestão ambiental.....	215
4.2.1. Dos Fundos da Política Nacional de Resíduos Sólidos	216
4.2.2. Dos subsídios e incentivos econômicos	218
4.2.3. Das tributações ambientais	219
4.2.4. Do princípio do poluidor-pagador e a cobrança pelo serviço público de coleta, remoção e tratamento ou destinação de resíduos sólidos provenientes de imóveis	222
4.2.4.1. A “taxa do lixo” e a decisão do STF.....	222
4.2.4.2. A visão econômico-ambiental da cobrança	225
4.2.5. A reutilização e a reciclagem.....	228
4.2.6. A logística reversa	232

SERRA, Tatiana Barreto. **A política de resíduos sólidos: a perspectiva jurídico-econômica-ambiental**. 2013. 271 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

4.2.7. O sistema de depósito-reembolso ou depósito-retorno.....	239
4.2.8. A certificação ou etiqueta ecológica	242
4.3. Conclusão parcial.....	245
CONCLUSÃO GERAL	249
REFERÊNCIAS	255